

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS
PERSPECTIVA FEMINISTA

DOROTEA GÓMEZ GRIJALVA

Meu corpo é um território político

TRADUÇÃO SANDRA BONOMINI

ZAZIE 
EDIÇÕES

Meu corpo é um território político

2020 © Dorotea Gómez Grijalva

COLEÇÃO

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS / PERSPECTIVA FEMINISTA

TÍTULO ORIGINAL

Mi cuerpo es un territorio político

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber e Ana Bernstein

EDITORA

Laura Erber

TRADUÇÃO

Sandra Bonomini

PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTO

Denise Pessoa Ribas e Maria Cecília Andreo

DESIGN GRÁFICO

Maria Cristaldi

Bibliotek.dk

Dansk bogfortegnelse-Dinamarca

ISBN 978-87-93530-42-3

Agradecemos à autora pela cessão dos direitos de publicação.

PERSPECTIVA FEMINISTA é um selo coordenado por Ana Bernstein e Laura Erber, voltado para reflexões teórico-críticas articuladas pelo feminismo com o objetivo de fomentar, ampliar e aprofundar o debate contemporâneo sobre teoria, crítica e história das artes.

Zazie Edições

www.zazie.com.br

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS
PERSPECTIVA FEMINISTA

DOROTEA GÓMEZ GRIJALVA

Meu corpo é um território político

TRADUÇÃO SANDRA BONOMINI

ZAZIE EDIÇÕES

Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no II Encontro Mesoamericano de Estudos de Gênero e Feminismos, realizado na Guatemala de 4 a 6 de maio de 2011. Agradeço a Jules Falquet pelo convite para aprofundar minhas reflexões e por me incentivar a publicá-las

Meu corpo é um território político

Passei a infância e a adolescência no departamento de El Quiché, na Guatemala. Esse período da minha vida foi marcado por um conflito armado interno que eclodiu no início da década de 1960 e afetou a sociedade guatemalteca durante 36 anos. Esse conflito teve origem na profunda insatisfação de importantes setores da sociedade civil, que optaram por se organizar militar e/ou socialmente, transformando-se numa oposição social contra o caráter autoritário do Estado da Guatemala, com a intenção de extinguir a exploração da população rural, principalmente indígena.

Fenômenos como a injustiça e o racismo estrutural, o fechamento dos espaços públicos, o aprofundamento de medidas institucionais excludentes e antidemocráticas, assim como a resistência à promoção de reformas substanciais voltadas para a redução dos conflitos estruturais, figuram entre os fatores que determinaram a origem e a conseqüente eclosão do conflito.

Durante o período mais violento e sanguinário desse conflito (1978-1985), as operações militares concentraram-se em El Quiché, Huehuetenango, Chimaltenango, Alta e Baixa Verapaz, na Costa Sul e na capital. As vítimas foram principalmente a população *maya* e, em menor proporção, a ladina/mestiça. O exército da Guatemala definiu que pessoas descendentes de *mayas* eram guerrilheiras, em resposta à expansão do campo de operações da guerrilha e também por inspiração na Doutrina de Segurança Nacional, no seu conceito de inimigo interno. A consequência disso foi a agressão maciça e indiscriminada contra as comunidades *mayas*.

Foram mais de 626 comunidades de origem *maya* exterminadas, mais de 200 mil pessoas assassinadas, aproximadamente 900 mil pessoas refugiaram-se em outros países, milhares desapareceram e mais de 1 milhão se deslocaram pelo país.¹ O departamento de El Quiché foi um dos mais afetados. O relatório da Comissão de Esclarecimento Histórico (CEH) indicou que, do total de vítimas identificadas, 83% era *maya* e 17%, mestiço. Ao mesmo tempo, apontou que o Estado, através do exército, cometeu 93% desses atos de barbárie durante o conflito.

O exército guatemalteco realizou operações de contrainsurgência entre as quais se destacam massacres comunitários, política de terra arrasada, estu-

¹ No início dos anos 1980, a população guatemalteca era de 6.819.786 habitantes.

pros coletivos de mulheres, sequestros, desaparecimentos e execuções extrajudiciais para desarticular as bases sociais da insurgência, mas também para desestruturar os mecanismos de identidade das e dos *mayas* e a coesão social que facilitou a realização das ações comunitárias.

Quanto a minha atribuição étnica, por muitas razões uso o termo *maya*, em vez de “indígena”, para me identificar como descendente dos povos *mayas*. Entre as razões mais relevantes, cito as seguintes: a) é uma decisão político-pessoal para contrariar a ideia predominante no imaginário social guatemalteco, de que nós, os *mayas*, não existimos mais, ou então a ideia de que nossos ancestrais foram para Marte; b) para reafirmar minha consciência política em relação aos direitos étnicos diante do Estado e da sociedade da Guatemala.

Por outro lado, pela importância política que a reafirmação da consciência política em relação aos direitos étnicos perante o Estado e a sociedade guatemaltecos adquire, muitas mulheres e homens descendentes dos *mayas* assumem esse termo para sua identificação étnica. Porém, existe uma grande maioria que se identifica como indígena ou com o nome da aldeia a que pertence, por exemplo: *mam*, *q'anjob'al*, *ixil*, *k'iché*, *q'eqchi'*, *tz'utujil* etc. Para os fins deste texto, esclareço que farei uso das palavras *maya* ou “indígena” para me referir às e aos descendentes dos povos *maya*.

Na Guatemala também vivem os povos *garinagu* (afrodescendentes) e *xinca*, menos numerosos que os *mayas*.²

Por que nomear meu corpo como território político?
Em sintonia com a feminista dominicana Yuderkys Espinosa Miñoso (2010) e a feminista chilena Margarita Pisano (2010), assumo meu corpo como território político porque o entendo como histórico, e não biológico. E, conseqüentemente, assumo que ele foi nomeado e construído a partir de ideologias, discursos e ideias que justificaram sua opressão, exploração, submissão, alienação e desvalorização. A partir daí, reconheço meu corpo como um território com história, memória e conhecimentos, tanto ancestrais quanto próprios, da minha história íntima.

Ao mesmo tempo, considero meu corpo o território político que neste espaço-tempo posso realmente habitar, a partir da minha escolha de (re)pensar-me e de construir uma história própria dos pontos de vista reflexivo, crítico e construtivo.

Esse processo de habitar meu corpo ganhou uma dimensão holística, uma vez que o faço, cada vez mais, a partir de uma perspectiva integral, entrelaçando as dimensões emocional, espiritual e racional. Não considero que existam hierarquias entre as três dimensões, todas são igualmente importantes para valorizar

² Na Guatemala habitam 22 povos de origem *maya* relacionados histórica e politicamente.

o sentido e a maneira como quero tocar a vida através deste corpo, como coloca Margarita Pisano (2010), especialmente para renunciar aos mandatos impostos pelo sistema patriarcal, racista e heterossexual dominante na sociedade guatemalteca e no mundo.

Essa consciência holística do meu corpo é o resultado de um longo e profundo processo de introspecção que tenho vivido há vários anos, especialmente para entender a raiz das doenças que me afetaram, das quais citarei alguns exemplos neste artigo. Esse processo também me permitiu entender os medos que me paralisavam e identificar os mecanismos que me fortaleceram para correr atrás dos meus sonhos.

Entre os 6 e os 18 anos de idade – período que coincide com os anos mais violentos do conflito armado interno –, uma alergia me brotou na pele e se expandiu de maneira insuportável e desconfortável praticamente por todo o meu corpo. Todos os médicos aos quais minha mãe e meu pai me levaram diagnosticaram a alergia como sendo produto da intolerância do meu corpo a alimentos irritantes e gordurosos, como café, pimenta, carne de porco etc., bem como aos raios de sol. Assim, decidiram suprimir da minha dieta diária inúmeros alimentos que eu adorava, como o café, e sugeriram cobrir meu corpo exageradamente para que os raios de sol não incidissem direto sobre ele.

Nesse meio-tempo, a ideia de estudar em vez de ter filhos e se casar amadurecia dentro de mim. Durante os três anos de estudos básicos me senti pressionada

e controlada pelas atitudes agressivas dos homens jovens para comigo, a fim de que eu aceitasse estabelecer relacionamentos “amorosos” com eles. Alguns inclusive me xingaram nas ruas porque os rejeitei.

Muitas colegas de escola engravidaram e foram forçadas a se casar. A ideia de interromper a gravidez nem sequer foi aventada. Fiquei muito triste ao ver seus sonhos de estudar atropelados por terem de se casar tão jovens. Além disso, eu percebia que quase nenhuma mulher casada era feliz. A maioria vivia sob o controle do marido; eram muitas as histórias de mulheres espancadas por ciúme, por não servirem a comida a tempo, porque os filhos adoeciam, porque os filhos se tornavam alcoólatras ou porque as filhas engravidavam. Enfim, muitas razões eram usadas como justificativa para socos e xingamentos.

Diante dessa realidade, desisti de ser mãe e do casamento. Parecia-me mais interessante e desafiante continuar estudando; assim, aos 15 anos consegui convencer minha mãe e meu pai a me ajudarem a migrar de Santa Cruz de El Quiché para a capital da Guatemala para cursar o ensino médio ou técnico.

Essa experiência na capital foi hostil, agressiva, excludente e discriminadora. No ônibus, na rua e na escola, muitas pessoas mestiças³ olhavam para mim

³ Em sua maioria, quem se assume ladino ou ladina na Guatemala se caracteriza por negar a mestiçagem tanto biológica quanto cultural. Embora a maior parte dessas pessoas seja descendente de espanhóis e indígenas, existe uma tendência a defender a ideia de pureza de sangue e de que se é descendente direto, sem misturas, dos espanhóis. Além disso, a iden-

com desprezo, me xingavam com expressões racistas, tinham olhares e atitudes agressivos. Na escola e na casa onde eu morava, as pessoas me tratavam com desconfiança, queriam saber se a alergia que afetava minha pele era contagiosa.

Diante da hostilidade racista que sofria diariamente, consegui me impor com muita convicção, pois entendia tais atitudes como produto da ignorância e da alienação. Porém, não conseguia lidar com o desânimo e a angústia causados pelas atitudes de discriminação, rejeição e desconfiança de minhas colegas de escola, então muito fortes em relação a mim, devido ao medo que tinham de contrair a alergia que me afetava. O fato de não encontrar uma cura para essa alergia tornava ainda mais pesada a solidão que eu sentia na capital, tão frívola, racista e violenta.

No entanto, aos 17 anos fui a uma dermatologista que, após uma revisão, elaborou uma longa lista de perguntas relacionadas a minha trajetória de vida e à da minha família. Ao finalizar a consulta, ela concluiu que as causas da alergia foram os traumas

tidade ladina foi usada como sinônimo de superioridade em relação ao povo *maya*/indígena e é a identidade que está na base do ideal de Estadação guatemalteco. Porém, foi no contexto da negociação dos acordos de paz que puseram fim ao conflito armado interno entre o exército e a guerrilha e da discussão política sobre o caráter das relações interétnicas na Guatemala, assim como das políticas de ação afirmativa, que muitas pessoas identificadas como ladinas começaram a nomear-se mestiças, reconhecendo sua mestiçagem. De acordo com essa explicação, preferi usar os dois termos neste texto, para incluir as duas posições atualmente em vigor na Guatemala.

e rupturas que eu tinha vivido aos cinco anos, causados pelo conflito armado na Guatemala. A partir daí, ela sugeriu que eu buscasse apoio psicológico para processar as tristezas que faziam minha pele adoecer.

Saí da clínica com a grande interrogação sobre como acessar algum apoio psicológico se eu não dispunha de recursos financeiros para pagar por ele nem conhecia profissionais da área em quem confiar. Como estudava educação, procurei minha professora de psicologia e pedi sugestões de bibliografia de autoajuda emocional.

Durante os dois anos seguintes, me aproximei de uma grande variedade de textos das diferentes correntes psicológicas e, conforme os devorava, comecei a tocar de forma consciente nas feridas que o conflito armado provocara em mim. Consegui identificar a dor instalada em minha alma, apalpei as tristezas silenciadas forçosamente em minha memória e as escrevi no papel.

Esse processo me conectou com outros tipos de violência que afetaram e continuaram afetando minha vida, violências não relacionadas ao conflito armado, mas às relações de poder – opressão no seio da família, no meu entorno em Santa Cruz de El Quiché e na capital, tudo intimamente relacionado com minha condição de mulher e *maya*.

À medida que aplicava os exercícios de cura emocional contidos nos livros, fui conseguindo desaguar minhas tristezas. Liberava a dor represada em meu

corpo quando escrevia. Assim, entendi que podia lembrar-me dos traumas de migrações e separações familiares forçadas durante o conflito armado sem a carga trágica de dor se me conectasse com minha alegria e meu desejo de viver o presente. Principalmente para correr atrás dos objetivos e metas que me davam mais entusiasmo, mas sem perder a visão crítica com relação aos horrores do conflito armado.

Paralelamente aos exercícios de psicologia, procurei orientação de naturistas, que me sugeriram plantas para tratar as feridas da alergia em minha pele. Fiz amizade com uma professora do ensino médio que mostrava interesse e afeto por mim e com algumas colegas de escola que tinham gestos solidários. Foi com elas que consegui compartilhar essa parte da minha história, e elas também se abriram comigo. Essa troca de vida foi essencial para desafirmos as limitações e desconfianças que identificávamos e, assim, conseguirmos realizar nossos projetos pessoais.

Descobri que cada uma das minhas amigas tinha sua própria história; ao mesmo tempo, reconheci que, como mulheres, nossas vidas tinham muito em comum. Por exemplo, percebi que quase todas nós éramos objeto de violência familiar por nos recusarmos a servir aos homens da casa; quase todas sofriamos a desvalorização cotidiana no trabalho; em casa nos chamavam de preguiçosas, apesar de sermos as responsáveis pela preparação da comida, por tomar conta dos irmãos mais novos, lavar as roupas dos outros irmãos e limpar a casa.

Embora muitas de nós vivêssemos escondendo o corpo o máximo possível para não sermos tocadas na rua e no ônibus, mesmo assim os homens nos assediavam e apalpavam nosso corpo à vontade. A maioria de nós foi educada para esconder qualquer tipo de evidência de menstruação, e quando ficávamos menstruadas sentíamos nojo e vergonha.

Depois das aulas, ficávamos conversando sobre nossa vida, e aos poucos fomos compartilhando nossas rebeldias e aprendendo umas com as outras, escutando e aconselhando. Fazíamos isso para perder o medo do assédio masculino, mas também para negociar projetos com nossos pais e curar feridas de amor, dos relacionamentos com namorados.

Ríamos e chorávamos conversando sobre as ofensas que sofríamos. Pelo menos, quando estávamos juntas, inventávamos um mundo acolhedor que nos motivava a continuar sonhando com uma vida melhor.

Aqueles quatro anos de convivência e troca com minhas amigas foram muito ricos para a busca de autocompreensão, assim como para me reencontrar e renunciar aos fatos do passado que impediam meu fortalecimento. Ter conseguido romper com alguns dos meus silêncios, que me deixavam doente, foi um passo fundamental. Comecei a confiar e compartilhar parte da minha vida.

Cerca de 13 anos depois que as alergias brotaram em minha pele, me conscientizei das tristezas e traumas que o conflito armado instalara em meu corpo, o que me ajudou muito a recuperar a saúde. Termi-

nei o ensino médio disposta a encontrar trabalho remunerado e formal para seguir com os estudos na universidade e poder caminhar com independência econômica e emocional.

Aos 21 anos, com fortes dores no intestino grosso e a gripe crônica que me atacava todos os meses, decidi consultar um clínico geral, pois a medicina natural não me trouxera resultados. Na consulta, tive que responder a uma série de perguntas sobre minha vida. O médico perguntou sobre a relação com minha mãe e meu pai, com quais irmãos eu me afinava e de quais discordava, e por quê. Ele me perguntou sobre a relação com minhas irmãs, sobre as tarefas e responsabilidades entre as mulheres e os homens da minha casa.

Perguntou sobre minhas refeições, o que e como comia, sobre meu trabalho e meus colegas, sobre o lugar onde morava, uma infinidade de dados sobre minha vida que eu não entendia para que serviriam ao médico no sentido de entender minhas doenças físicas. Fiquei surpresa ao ouvir que meus males físicos estavam intimamente relacionados com a forma como eu processava minhas emoções – tristeza, raiva, impotência, medo, incerteza.

Ele indicou que eu chorasse por tudo pelo que não tinha chorado desde que nasci. Também propôs um exercício: observar e sentir a reação do meu corpo à água na hora de tomar banho, uma maneira de dedicar tempo a mim mesma, de aprender a sentir e ouvir meu corpo.

O médico sugeriu então que eu mudasse alguns aspectos da minha alimentação e, sobretudo, me motivou a retomar o preparo das minhas refeições. Insistiu para que eu buscasse apoio terapêutico a fim de revisar as questões que mais me angustiavam com relação a meus pais e irmãos. Para completar a receita, ele me animou a reservar um intervalo de uma hora para cada refeição e a praticar o esporte de que mais gostasse.

Mais uma vez, fiquei sem saber o que fazer: por que ou para que chorar se aparentemente eu tinha tudo resolvido? Na verdade, tudo estava resolvido apenas na minha cabeça. Assim, comecei pelo mais prático: reservar um tempo para preparar minhas próprias refeições e comer calmamente. Para conseguir isso, tive que organizar melhor o meu tempo.

Nesse período, trabalhei num projeto de pesquisa para conhecer a experiência de organização de mulheres refugiadas no México que estavam voltando para a Guatemala. Fiz parte da equipe de investigação, da qual também participaram duas colegas que refletiam muito sobre feminismo, sobre como se aproximaram do próprio corpo e como tinham se reconciliado com o “ser mulher” ao revisar os nós mais conflitantes com suas mães.

Essas pesquisadoras, por vezes, citavam as ideias de autoras que as fizeram refletir sobre o corpo e a maneira como viviam seus relacionamentos eróticos com os homens, bem como sobre as tensões com suas mães provocadas por suas escolhas de vida. Também

compartilhei minha vida com elas, contei sobre mim; vivia uma espécie de eco interior e criei diálogos complexos comigo mesma. A cada dia eu pensava e refletia mais sobre minha própria vida e sobre a vida com minha família consanguínea.

Essa troca de experiências com minhas colegas feministas nem sempre foi harmoniosa, sobretudo porque, do meu ponto de vista, uma delas tinha uma visão essencialista sobre “ser mulher *maya*”. A posição dessa colega era para mim desconcertante: por um lado, reivindicava as mulheres como diversas e heterogêneas em oposição à postura patriarcal universal de “a mulher”; por outro, censurava meu jeito particular de ser *maya*. Chegou ao extremo de criticar meus hábitos alimentares e questionou o fato de eu ter cortado o cabelo, segundo ela, num estilo “muito mestiço”. Do seu ponto de vista, a julgar por minhas práticas e estilo de vida, eu estava deixando de ser *maya*.

As atitudes essencialistas e de censura dessa colega feminista diferenciavam-se muito pouco do essencialismo das e dos líderes do movimento indígena/*maya* conservador, que também desaprovaram e afastaram mulheres *mayas* que, como eu, romperam com o padrão estabelecido para “a mulher *maya*”.

Atitudes como a dessa colega feminista me fizeram duvidar do feminismo como proposta política e de questionamento ao sistema patriarcal prevalente. Porém, apesar das minhas dúvidas, eu estava interessada em ler literatura feminista, embora com certa distância.

Pensei por algum tempo que o “feminismo” não dialogava com minhas preocupações, reflexões contra o racismo e reivindicações étnicas. No entanto, também não me sentia incluída no discurso indígena/*maya* dominante. O machismo e o racismo internalizados em quem pensei poder encontrar um mínimo de cumplicidade e diálogo horizontal me decepcionaram.

Vivi alguns anos com o dilema de se ser mulher *maya* e feminista era contraditório ou não, tinha medo de pensar que por me assumir feminista perderia amizades preciosas de outras mulheres *mayas* que se referiam ao feminismo como racista.

Em 2003, trabalhei na Secretaria Presidencial da Mulher (Seprem), cuja principal responsabilidade é garantir que as políticas públicas atendam às demandas e necessidades das mulheres guatemaltecas. A secretária presidencial era uma feminista reconhecida pelo movimento de mulheres da Guatemala. Porém, foi revoltante ver os procedimentos autoritários e racistas que ela usava para se relacionar com suas subalternas. Em mais de uma ocasião ela comentou que a inclusão da perspectiva “étnica” nas auditorias e reformas de políticas públicas devia ser uma preocupação das comissões indígenas já existentes em outras estruturas do Estado, ou que a abordagem do trabalho da Seprem da perspectiva de gênero incluía todas as mulheres, sem distinção étnica. Tais afirmações não me surpreenderam, mas me afastaram do feminismo e me levaram a seguir os passos de outras

mulheres que o demonizaram em sua trajetória. No entanto, acabei optando pela busca de mais informação e me dispus a dialogar com feministas *mayas* e mestiças que, apesar de questionarem o racismo de algumas feministas na Guatemala, reconheciam o feminismo como uma proposta política que as ajudava a se conceberem como sujeitas políticas e a se rebelarem cada vez mais contra os desmandos de controle impostos sobre nossa forma de ser e de pensar.

Por outro lado, me interessei pela literatura escrita por feministas de diferentes partes do mundo. Comecei diálogos tão profundos e intensos com elas que às vezes sentia ser impossível conciliar suas ideias com a realidade adversa que eu vivia. Ao mesmo tempo, contudo, era reconfortante saber que tanto na Guatemala como fora dela havia outras mulheres cujos sonhos eram parecidos com os meus e que desafiavam como eu os poderes masculinos, a ideologia do sistema patriarcal e racista.

Foi através da literatura que percebi com maior clareza os conflitos que sempre tivera com minha mãe; a partir daí, comecei a entendê-la e também a mim mesma. Reconheci as qualidades que herdara de minha mãe, mas também as armadilhas do **dever ser para os outros e outras**, uma lógica que, embora não me agradasse, estava bem aninhada em minha memória emocional e corporal.

Em meio a minhas pesquisas pessoais ou em diálogo com outras amigas, finalmente pude admitir que nem toda análise feminista é etnocêntrica ou

eurocêntrica, e muito menos todas as feministas são racistas ou etnocêntricas. Essa certeza me ajudou a avançar em meu caminho ao lado e mesmo dentro dos diferentes feminismos: com paciência, fui identificando com quais feminismos posso andar e com quais não.

Aos poucos me convenci de que ser feminista é um processo de busca pessoal constante, de reavaliação e de honestidade, e entendi que a existência de pensamentos e atitudes racistas de muitas feministas não é justificativa para passar ao largo das ricas contribuições de feminismos que nos permitem repensar-nos e assumirmo-nos como sujeitas pensantes e atuantes, como afirmaria Margarita Pisano.

Nesse caminho de buscas e reencontros, valorizo minhas experiências de trabalho, por meio das quais conheci feministas que compartilharam suas ideias e referências bibliográficas comigo, contribuindo para que eu desse um salto qualitativo na compreensão teórica do feminismo. A apropriação e os enlaces de teorias e conceitos do feminismo deram suporte político ao meu jeito irreverente de existir neste mundo. Compreendi que eu não era nem sou a única mulher a romper com imposições que inibem nossa liberdade de ser pessoas humanamente livres, únicas e plenas.

Quando tive coragem de ler algumas feministas e dialogar com elas, parei de despolitizar o uso da categoria gênero em minha vida profissional, e fiz uma virada significativa no que tinha aprendido trabalhando em ONGs, onde a categoria gênero era redu-

zida a sinônimo de trabalho com mulheres. Aprendi a reconhecer tal categoria como uma das valiosas contribuições que o feminismo nos legou, especialmente para a análise e a compreensão das relações de poder entre homens e mulheres.

O tempo passou, e logo que tive a oportunidade de receber um salário suficiente para cobrir as despesas com psicoterapia, procurei profissionais. Através dessa experiência, aprendi a conhecer melhor a linguagem do meu corpo, sentir e entender minhas emoções e não as dominar com a razão, cada vez mais fundamentada teoricamente.

Descobri que a compreensão racional e o diálogo com diversas teorias feministas não eram o bastante para que eu deixasse de oprimir e violentar meu corpo ou de fazer sacrifícios pelos outros, colocando meus projetos e desejos sempre em segundo plano. Convenci-me de que era necessário dedicar mais tempo para processar emocionalmente minhas reflexões racionais sobre minha existência como mulher.

Não foi fácil ver em meu próprio espelho o pouco que aplicava das contribuições teóricas feministas na compreensão do meu corpo e nos cuidados que dedicava a ele. Muitas vezes tive dúvidas sobre continuar ou não com a terapia, pois me assustava muito descobrir minhas contradições, ou melhor, as incoerências entre meu discurso e minha prática em relação a mim mesma. No entanto, a ideia de cancelar a jornada até meu mundo emocional também não me satisfazia. Intuí que abandonar essa jornada seria uma grande

perda, e assim, embora doesse reconhecer-me com erros e acertos, decidi continuar e assumi esse processo com responsabilidade e perseverança.

Ao mesmo tempo, aprofundi-me nas leituras e reflexões feministas. Paralelamente a esse processo, no ano 2000, a relação cheia de cumplicidade com Adela Delgado, amiga *maya q'eqchi'* que se assumia lésbica e feminista, se fortaleceu. Mesmo já tendo trabalhado com algumas lésbicas, nem sempre aprofundamos a discussão sobre as consequências de ser lésbica no âmbito laboral, profissional, político e social.

Assim, no contexto de minha amizade com Adela, me interessei em saber o que significava para ela, mulher *maya q'eqchi'*, ser lésbica e feminista. Queria entender como ela lidava/vivia com suas identidades assumidas num contexto profundamente racista, classista e patriarcal como o da Guatemala. Como ela estava ligada ao movimento social, para mim era importante entender como ela vivia seu lesbianismo diante do conservadorismo social, principalmente *maya/indígena*.

Os diálogos e conversas que estabeleci com Adela se tornaram intensos. Tínhamos em comum o fato de sermos mulheres *mayas*, mas também nossa rebeldia contra a ordem patriarcal estabelecida. Aos poucos, mergulhamos em profundas reflexões sobre sua experiência lésbica e feminista e minha irreverência sem limites.

Devido às características do meu trabalho, nos dias úteis eu morava em contextos rurais de diversos de-

partamentos da Guatemala, e nos fins de semana descansava na capital. Quando Adela me contou da experiência dos bares gays-lésbicos na capital, vi essa informação como uma janela que cativou minha paixão pela investigação. Pensei que conhecer espaços noturnos de lazer na capital frequentados por algumas lésbicas seria o cenário ideal para me aproximar dessas variantes de formas de amar tão estigmatizadas, silenciadas e violentadas. E, como amo dançar, concordei em me juntar a Adela para dançar em bares gays-lésbicos,⁴ porque naquela época, como hoje, não havia nem um único bar exclusivamente lésbico em todo o país.

Lembro que na primeira vez em que entrei num bar gay-lésbico, o recepcionista me perguntou preocupado se eu tinha certeza de que queria entrar e se eu sabia o que era aquele lugar. Sem um pingão de vergonha, eu disse que sim. Mas, quando entrei, tanto gays quanto lésbicas me olhavam perplexos. Assim, me dei conta de que eu era a única mulher visivelmente *maya* de todo o bar, era a única mulher *maya* visível porque estava usando *hüipil* e *corte*.⁵

⁴ Efebus e El Encuentro, ambos localizados no centro histórico da cidade, estavam entre os bares mais frequentados naquela época.

⁵ O vestuário étnico na Guatemala é um dos marcadores mais visíveis para distinguir *mayas*/indígenas de ladinas/mestiças. Esse traje é composto do *hüipil* (sinônimo de blusa) e *corte* (sinônimo de saia, *pollera* etc.), mas por fatores econômicos, políticos e racistas, devido à falta de recursos e de proteção contra o racismo ou por escolha política, nem todas as *mayas*/indígenas usam o traje todos os dias. Também conheço casos de mulheres *mayas*/indígenas que são lésbicas não públicas e usam diariamente *hüipil* e

Houve outros momentos, dentro desses bares, em que tanto gays quanto lésbicas me abordaram perturbados, querendo saber se eu era lésbica, e quando eu respondia que não eles me olhavam com ainda mais desconfiança. Enquanto alguns ousaram perguntar diretamente, outros apenas me olhavam com surpresa e dúvida. Nessas circunstâncias e nesse contexto, percebi que o tabu do lesbianismo pesava de maneira esquisita sobre quem, como eu, se assumia *mayal* indígena.

Parecia que a possibilidade de uma mulher *maya* ser lésbica era algo difícil de conciliar na mente de muitos gays e lésbicas, naquela época e ainda hoje.

E, embora naqueles idos do ano 2000 já houvesse iniciativas organizacionais incipientes abordando o lesbianismo na Guatemala, até onde eu sabia o enfoque étnico-racial não era um dos eixos principais da análise e da compreensão dessa realidade.

Depois de algumas incursões a esses bares gays-lésbicos, concluí que, em vez de investigar, estava sendo investigada! Especialmente porque escapava ao domínio da imagem mestiça que prevalecia em tais lugares. Mesmo assim, frequentar esses bares serviu muito para aprofundar meus diálogos e reflexões com Adela Delgado sobre ser lésbica na Guatemala.

Minhas reflexões aumentaram em razão do impacto que me causou observar de perto a forma como os casais de lésbicas se relacionavam no interior de tais

corte, mas quando frequentam bares gays-lésbicos optam por usar roupas não tradicionais para passar despercebidas.

bares. Senti um gosto amargo e uma profunda tristeza quando vi que a maioria dos casais ali reproduzia atitudes e imagens heterossexuais. Algumas mulheres incorporavam as atitudes dos típicos homens machos, comportando-se com dureza e agressividade com a companheira. Observei que muitas das que se assumiam “machos” flertavam com outras e se sentiam poderosas controlando as parceiras com gestos agressivos quando elas sorriam ou trocavam olhares com outras/outros. Aquelas que se consideravam “machos” presumiam impor seu poder sobre a companheira quando pagavam a conta no bar.

Nesses lugares assisti a shows de dançarinas e dançarinos que se despiam sedutoramente diante da plateia. Em mais de uma ocasião me entristeceu ver que as pessoas que forneciam esse serviço eram adolescentes. Fiquei ainda mais aflita ao saber que algumas e alguns o faziam mais pela necessidade de um emprego do que por serem gays ou lésbicas ou pelo prazer de se exibirem diante do público, que os reduzia a objetos sexuais. Foi igualmente perturbador ver que a presença de gays nos espaços gays-lésbicos era maior que a de lésbicas; era evidente que a maioria dos gays que frequentavam esses espaços era mais regular e consumia mais largamente que as lésbicas.

As experiências vividas e observadas nesse contexto de bares começaram, então, a doer no meu corpo e foram motivo de conversas e reflexões com Adela e outras amigas não necessariamente feministas, muito menos lésbicas, mas sensíveis a essa realidade.

Experiências como as descritas me levaram a entender que nem todas as lésbicas são feministas. E que nem todas as lésbicas têm a consciência política de desestruturar a heteronormatividade em seus relacionamentos de casal e sociais, e não necessariamente toda “mulher” que tem por parceira outra mulher se assume lésbica.

Por outro lado, a construção da minha amizade com Adela e outras lésbicas, tanto quanto minha sensibilidade manifestada por compreender as realidades lésbicas, teve um impacto emocional negativo em minha vida, principalmente porque experimentei atos de violência e intrigas de algumas lésbicas feministas, tanto guatemaltecas como europeias que trabalhavam na Guatemala. Fizeram intriga para questionar minha amizade com lésbicas e outras mulheres com as quais me relacionei, chegaram até a afirmar que mantive relacionamentos clandestinos com lésbicas. Essa situação repercutiu negativamente em minha vida social, porque perdi o elo com algumas amigas.

O comportamento e os procedimentos revoltantes dessas mulheres me fizeram perceber que o mundo lésbico, particularmente o mundo lésbico-feminista, infelizmente, não está isento de racismo, misoginia e abusos de poder etnocêntricos de parte daquelas que se sentem “brancas”. A meu ver, a tendência dessas feministas “brancas” de querer controlar minha sexualidade e minhas relações sociais configura-se um abuso de poder etnocêntrico, pois, por não me consi-

derarem igual em termos étnicos e de classe, reivindicaram o direito de me controlar usando mecanismos contrários à ética feminista. Essas experiências me ajudaram a não mitificar e muito menos idealizar os círculos lésbicos ou lésbico-feministas.

Foi no contexto dos bares gays-lésbicos que comecei a identificar, apesar do conservadorismo no início dos anos 2000, que muitos gays tinham maior liberdade e condições financeiras e sociais para viver sua orientação sexual. Em várias ocasiões, quando saía dos bares, vi casais gays caminhando nas ruas do entorno de mãos dadas, beijando-se e mostrando seu carinho, mas dificilmente vi cenas assim com casais de lésbicas. Isso me levou a confirmar que, apesar do conservadorismo prevalecente na Guatemala e das limitações culturais e políticas da sociedade guatemalteca perante o lesbianismo e a homossexualidade, os gays, desde que considerados culturalmente homens, têm a seu favor flexibilidades socioculturais que lhes permitem viver com mais liberdade sexual. Especialmente se considerarmos que no imaginário social patriarcal os “homens” tiveram o privilégio da escolha sobre seu corpo e sua sexualidade, enquanto as lésbicas, pensadas como mulheres, não.

Tive a oportunidade de fazer o mestrado no Brasil, e minha experiência foi muito rica. Adorei ver que, apesar do racismo, da violência social, da exclusão econômica, do moralismo e do machismo, as mulheres e os homens curtem sua sexualidade com mais liberdade do que na Guatemala. Chamou minha

atenção o fato de que no programa que cursei havia professores gays e alunas lésbicas assumidas.⁶

Além disso, para muitas colegas de estudo e amigas que se assumiam heterossexuais, ter experiências erótico-sexuais lésbicas não era tabu, muito menos frequentar bares gays-lésbicos. Nós, heterossexuais, não sentíamos pressão por parte das lésbicas por curtir esses bares ou ter amigas lésbicas.

Nesses círculos não existiam definições fechadas sobre ser heterossexual ou lésbica, o que, do meu ponto de vista, possibilitava que se vivesse uma sexualidade livre e fora das caixas “políticas” e sociais. A flexibilidade de pensamento de minhas amigas e colegas da faculdade me permitiu curtir minha sexualidade e meu corpo com mais alegria e harmonia.

Durante esse novo processo de formação, li, por requisito acadêmico e por inquietação, vários textos antropológicos e literários que registram a existência do lesbianismo e da homossexualidade em diversos contextos mundiais, como em alguns povos nativos do Brasil, povos afrodescendentes, africanos, indianos etc. Isso me fez reconhecer que tanto o lesbianismo como a homossexualidade existiram historicamente na dinâmica das sociedades, europeias ou não.

Na medida em que entendi a complexidade das sexualidades, aprofundi minhas reflexões político-

⁶ Esclareço que não era em todos os programas de pós-graduação que havia abertura para outras opções sexuais que não a hétero. Por exemplo, nas faculdades de engenharia e mecânica a lesbofobia e a homofobia eram palpáveis.

feministas e fiz uma imersão em minha jornada de busca e reencontro através de processos de cura, avançando na descolonização de ideias patriarcais que habitavam não só minha mente, mas também minhas emoções e meus sentimentos.

Por meio desse processo tão complexo, a partir de diversas perspectivas, escolhi me assumir e viver como lésbica e feminista, porque ser lésbica adquiriu um significado especial em minha opção política e espiritual de acreditar na descolonização desde o corpo e a sexualidade. Porém, apesar da clareza do meu desejo e da minha decisão, senti insegurança a respeito das implicações de tal decisão em minha vida emocional e espiritual, em meio a uma sociedade global e local extremamente racista, lesbofóbica e misógina.

Apesar dos meus medos e de saber que a aceitação de minha escolha não seria fácil, eu me assumi lésbica. Sobretudo porque isso exigia que eu me preparasse emocionalmente para, além de lidar com o racismo, enfrentar de forma saudável o preconceito e a exclusão.

Portanto, me assumir lésbica e feminista revelou-se um processo de profunda reflexão emocional, política e espiritual, que fui amadurecendo e decidindo enquanto aprofundava a análise de minha atuação e de meu pensamento como feminista. Nesse sentido, reivindico que sou lésbica e feminista por escolha política, e não por orientação sexual, porque a meu ver a expressão “orientação sexual” anula minha capacidade de fazer escolhas sobre meu próprio corpo. Em

outras palavras, parafraseando Norma Mogrovejo (2000), me assumo lésbica política porque rejeito de maneira consciente o patriarcado e os papéis tradicionais designados às mulheres e porque me rebelo contra as limitações impostas a nós, mulheres, com relação ao controle de nossa própria vida.

Prefiro viver meu lesbianismo em vez de negá-lo e submeter meu corpo à lógica heterossexual. Em especial porque assumo que o fato de repensar como quero tocar a vida com meu corpo implica, necessariamente, respeitar o que me dá prazer sexual, espiritual e emocional.

Por fim, posso dizer que conhecer e compreender a influência de minhas emoções em meu bem-estar físico foi fundamental para que eu entendesse a linguagem do corpo e o fato de que todas as dimensões do meu ser estão intimamente interligadas.

Por essa razão, assumir meu corpo como território político é um aprendizado diário e sem fim, que exige muito amor, força de decisão e autovalorização para abrir mão do que atenta contra minha saúde corporal, espiritual e emocional. Assim, pretendo seguir respeitando as particularidades do estilo rítmico e vibrante deste corpo com o qual toco a vida.

Referências bibliográficas

- COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO. *Conclusiones y recomendaciones del informe Guatemala 'Memoria del Silencio'*. Guatemala, 1999.
- ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. *Los cuerpos políticos del feminismo*. Comunicação apresentada no IX Encontro Lésbico-Feminista da América Latina e do Caribe. Guatemala, outubro de 2010.
- KOLBENSCHLAG, Madonna. *Adiós bella durmiente. Crítica a los mitos femeninos*. Barcelona: Kairós, 2000.
- LORDE, Audre. “Lo erótico como poder”. *Fem Press*, 1995. [“The powder of the erotic” foi publicado no livro de ensaios *Sister outsider*. Toronto: Crossing Press, 2007. Há edição brasileira: *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.]
- MACKINNON, Catharine A. “Sexuality”. Em: *Toward a Feminist Theory of the State*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1987.
- MARQUIER, Annie. *El poder de elegir o el principio de responsabilidad*. Barcelona: Luciérnaga, 2000.
- MOGROVEJO, Norma. *Un amor que se atrevió a decir su nombre*. México, D.F.: Plaza y Valdéz, 2000.
- PISANO, Margarita. *De una buena vez, salirnos del patriarcado, juzgarlo y botarlo*. Palestra proferida em La Casa del Profesor, Santiago de Chile, em janeiro de 2010. Transcrita e editada com a colaboração de Andrea Franulic.
- RICH, Adrienne. “La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana”. Em: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (comps.). *Qué son los estudios de mujeres?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1980.

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS
PERSPECTIVA FEMINISTA

DOROTEA GÓMEZ GRIJALVA é uma feminista *maya k'iché* nascida em Santa Cruz de El Quiché, na Guatemala. Mestre em antropologia social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no estado de São Paulo, Brasil, a autora tem vasta experiência em pesquisa social com ênfase em questões que afetam a vida dos povos indígenas e das mulheres e em planejamento, monitoramento e avaliação institucional dessas populações. Atualmente, é responsável pelo Departamento de Proteção às Mulheres da Procuradoria de Direitos Humanos da Guatemala.